



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 144ª reunião, realizada em 11 de dezembro de 2024

1 Em 11 de dezembro de 2024, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
2 (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a
4 presidente Marília Carvalho de Melo e o presidente suplente Marcelo da Fonseca, representantes da SEMAD;
5 Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Marcelo
7 Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Rafaella Cristina Batista Mazoni de Souza, da Secretaria
8 de Estado de Governo (Segov); Carlos Eduardo Sales Alves Filho, da Secretaria de Estado de Infraestrutura,
9 Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Carlos Alberto Valera, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG);
10 Representantes dos municípios: Letícia Fabiane de Oliveira, da Prefeitura de Betim; Mário César Cirino Gusmão,
11 da Prefeitura de Jordânia; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Jhonata Soares Coelho, da
12 Prefeitura de Mantena; Marxiley Lima Azevedo, da Prefeitura de Nova Era; Antônio Geraldo de Oliveira, da
13 Prefeitura de Patrocínio; Tamires Batista de Sousa, da Prefeitura de Taiobeiras; Alan Eduardo de Souza Bueno, da
14 Prefeitura de Itapeva; Representantes de usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond Procópio, da
15 Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e
16 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Priscila Gonçalves Couto Sette Moreira, da Federação das Indústrias
17 do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Instituto Brasileiro de Mineração
18 (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel);
19 Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Gilberto Garcia
20 Bonato Filho, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe MG);
21 Marco Aurélio de Carvalho, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Representantes de
22 entidades da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da
23 Biodiversidade (IHMBio); Fábio Croso Soares, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca
24 (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento
25 Socioambiental; Mauricio Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - Núcleo
26 Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção
27 Minas Gerais (Abes/MG); Filipe Marcos Horta Nunes, do Conselho Regional de Biologia (CRBio 4ª Região); Flávio
28 Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG);
29 Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); José Augusto Costa Gonçalves, da
30 Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a
31 presidente Marília Carvalho de Melo declarou aberta a 144ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos
32 Hídricos. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO**
33 **DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Mauricio Nicolau de Assis Bertachini/Abas: “Eu queria fazer um comunicado,
34 na verdade, um chamado para todos na semana que vem. A Abas, junto com a CPRM e a ANA, está elaborando
35 um workshop sobre monitoramento hidrometeorológico no Brasil. É uma campanha que estamos fazendo em
36 prol de manter os recursos para esse bem, que entendemos que o monitoramento sem os dados de
37 monitoramento hídrico é algo com que podemos tomar decisões errôneas. O dado do monitoramento é muito
38 importante para continuidade e entendimento do recurso hídrico, seja ele subterrâneo, que a Abas está à frente,
39 seja ele superficial. Porque a água está no ciclo. Então tem que ter um monitoramento pluviométrico, de água
40 subterrânea e de água superficial. Com isso, a Abas, junto com as outras entidades, está fazendo esse workshop,
41 vamos trazer palestrantes, para sensibilizar a comunidade e o nosso meio também. E o objetivo final é a assinatura
42 de uma carta em apoio a manter os recursos nessas entidades para esse monitoramento contínuo. Se me permitir,
43 presidente, eu vou colocar o convite no chat, e vocês podem ter acesso e fazer a inscrição.” Presidente Marília
44 Carvalho de Melo: “De fato, é um tema muito relevante. Obrigada pelo convite a todos.” **4) COMUNICADO DA**

45 **SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 143ª REUNIÃO.** Aprovada por
 46 unanimidade a ata da 143ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 13 de
 47 novembro de 2024. Votos favoráveis: Abas, Abragel, Cemig, Faemg, Fiemg, Ibram, UFMG, Instituto Espinhaço,
 48 MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Patrocínio,
 49 Prefeitura de Taiobeiras, SAAE de Itabirito, Seapa, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, Siamig, UFU e Unifei. Abstenções:
 50 CRBio e Promutuca. Ausências: Abes, Copasa, IHMBio, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de
 51 Nova Era, Prefeitura de Rio Pomba, Secult, Sede e SES. Justificativas de abstenções. Os conselheiros Filipe Marcos
 52 Horta Nunes, representante do CRBio, e Fábio Croso Soares, da Promutuca, justificaram abstenção de voto pelo
 53 motivo de não terem participado da 133ª reunião. **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E**
 54 **DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que dispõe sobre a equiparação da Agência de Bacia**
 55 **Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo) para exercer as funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos**
 56 **Afluentes do Alto São Francisco (SF1), do Entorno da Represa de Três Marias (SF4), dos Rios Jequitá e Pacuí**
 57 **(SF6), dos Rios Paracatu e Urucuia (SF7/SF8), dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco (SF9) e do Rio**
 58 **Verde Grande (SF10). SEI/Nº 2240.01.0007783/2023-69. Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias**
 59 **Hidrográficas e Entidades Equiparadas (IGAM/Geabe).** Minuta de Deliberação Normativa aprovada por
 60 unanimidade nos termos apresentados. Votos favoráveis: Abas, Abes, Abragel, Cemig, CRBio, Faemg, Fiemg,
 61 Ibram, UFMG, IHMBio, Instituto Espinhaço, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de
 62 Mantena, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, SEE,
 63 Segov, Seinfra, SEMAD, Siamig, UFU e Unifei. Abstenção: MPMG. Ausências: Copasa, Prefeitura de Itapeva,
 64 Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Rio Pomba, Sede e SES. Justificativa de abstenção.
 65 Conselheiro Carlos Alberto Valera/MPMG: “Na forma do Ato 02 da Corregedoria-Geral, abstenção.” **7)**
 66 **RESULTADOS E REALIZAÇÕES DO SISEMA - GESTÃO 2024. Responsáveis: Secretaria de Estado de Meio Ambiente**
 67 **e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM); Instituto Estadual de**
 68 **Florestas (IEF); Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Agência Reguladora de Serviços de**
 69 **Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG).** Dirigentes e
 70 gestores da SEMAD, FEAM, IEF, IGAM e ARSAE fizeram apresentações ao Plenário do COPAM sobre os resultados
 71 e realizações durante o ano de 2024. O conteúdo das exposições foi disponibilizado no portal do Meio Ambiente.
 72 Após as apresentações, foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros. Manifestações registradas após
 73 as exposições da SEMAD. Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo/UFMG: “Eu só tenho um questionamento, na
 74 hora que a SEMAD fala do Norte de Minas Gerais, a questão de recuperação dos poços. O Marcelo sabe da
 75 situação da região, da área de conflito da região. Vocês estão inteirados desse conflito, desse problema? Porque
 76 hoje existe uma grande exploração de água. Isso é fato. E pelo que eu vi na apresentação existe uma iniciativa de
 77 ajustar os poços inoperantes. Como que funciona isso?” Kleynner Jardim Lopes/SEMAD: “Sobre o projeto de
 78 revitalização de poços no Semiárido Mineiro, uma das etapas que precisamos avançar junto com o Ministério das
 79 Cidades para iniciar o programa é justamente a questão da regularização desses poços, seja a regularização
 80 fundiária, mas também a questão da regularização e apresentação das outorgas. Quando eu disse que estávamos
 81 na etapa de diagnóstico, de finalização do escopo, é justamente colhendo essas informações da situação existente
 82 para traçar junto com a SEMAD e junto com o IGAM essa parte da questão da outorga desses poços, para
 83 entendermos também como que está, para apresentarmos a versão final, o escopo final, a área de abrangência
 84 final, para avançarmos no projeto.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo/UFMG: “Mas 90% dos poços lá não
 85 têm outorga.” Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Esse projeto que o Kleynner traz é um projeto que tem
 86 como finalidade o abastecimento de algumas comunidades que tiveram seu poço perfurado, por algum programa
 87 de governo, seja estadual ou federal, e que esses poços hoje estão inviáveis de utilização por algum problema,
 88 seja estrutural, de água salobra ou outras situações. Ele não está se referindo aqui aos poços de produção, de
 89 irrigação e outras finalidades. São poços privados, inicialmente. Então tem esse caráter de atendimento a
 90 pequenas comunidades rurais.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo/UFMG: “Então, beleza. Obrigado.”
 91 Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu vou aproveitar a oportunidade para tentarmos encaminhar algumas
 92 coisas. Eu tive oportunidade, na última reunião da Câmara Técnica de Planejamento... Na última ou na
 93 penúltima... Eu tive a oportunidade de me manifestar novamente, eu acho que em 2024 é inadmissível nós termos
 94 municípios que ainda não têm tratamento de esgoto. Nós temos que entender toda a história, entender todas as
 95 dificuldades técnicas e financeiras que existem. Mas pensar que ainda existam municípios no Estado de Minas
 96 Gerais que não fazem tratamento de esgoto é uma coisa que eu acho que devia ser a prioridade básica do nosso

97 Plano de Recursos Hídricos para o Estado. E eu estou falando agora também como presidente de um Comitê, que
98 é um dos Comitês mais estruturados, que arrecada há mais tempo e que também tem municípios que ainda não
99 têm tratamento de esgoto. Só que eu queria aproveitar a oportunidade da presença do Kleyner, pela
100 Subsecretaria de Saneamento, e dizer que nós estamos desenvolvendo um trabalho que agora bateu num
101 limitante chamado 'recurso', que tudo que nós pudermos fazer da parte de trabalhar com preparação para
102 implantação das ETEs, das Estações de Tratamento de Esgoto, nós estamos fazendo e entregando aos municípios.
103 Isso significa que, inclusive, os municípios já receberam – alguns municípios, depois eu vou nominá-los aqui – os
104 projetos executivos, extremamente detalhados. Eu queria aproveitar, inclusive, a presença do Dr. Carlos Valera,
105 que creio que está em Belo Horizonte, mas originalmente é daqui da região do Triângulo Mineiro e que tem sido
106 um parceiro e tem ajudado muito aqui, o Ministério Público, inclusive, na implementação dessas ações. Eu queria
107 fazer só uma notificação assim para tentarmos encontrar algumas soluções para buscar financiamento, que agora
108 o que falta é exatamente o financiamento para implementação. Não falta mais nada. Para alguns municípios, o
109 CBH Araguari financiou, inclusive, a implementação das redes de esgoto que faltavam. Eu acho que é bom colocar
110 isso no Conselho Estadual, porque durante muito tempo o Comitê foi incomodado por arrecadar e não entregar.
111 Nós estamos entregando muita coisa agora. E isso não é um mérito da minha gestão, é uma coisa que vem sendo
112 construída e agora está chegando aos frutos. Seria injusto eu dizer que isso foi construído nesta gestão, não é
113 verdade, isso tem se acumulado. Na semana passada, nós fomos entregar em seis municípios da bacia diversos
114 produtos. E eu acho que é importante registrar isso não só no Conselho e também perguntar diretamente aos
115 representantes do Estado quais caminhos que nós poderíamos ter para auxiliar as prefeituras a conseguir esses
116 financiamentos. Que essa é a grande reclamação por parte das prefeituras, algumas inclusive mencionadas em
117 outros produtos, como é o caso de Santa Juliana. Nós começamos há oito anos, para ser exato. Nós temos na
118 bacia 20 municípios, e o Comitê da Bacia do Rio Araguari entregou 14 Planos Municipais de Saneamento Básico,
119 financiados integralmente pelo Comitê. Porque nós entendemos que, sem os Planos Municipais, qualquer outra
120 ação de saneamento é invalidada. Inclusive, porque isso está previsto em lei, se eu não me engano. Me corrija se
121 eu estiver errado, Marcelo, mas creio que isso está previsto em lei. Após os Planos Municipais de Saneamento,
122 nós entregamos – e ainda vamos entregar mais três agora – cadastro multifinalitário para esses pequenos
123 municípios, porque eles não tinham registro, não tinham mapeamento de suas redes de distribuição de água,
124 esgotamento sanitário e recepção de águas pluviais. Então nós fizemos o cadastro multifinalitário, o Comitê pagou
125 o cadastro multifinalitário, para saber exatamente qual o tamanho das redes existentes e o tamanho daquela
126 necessária para fazer a complementação. Depois disso, nós começamos a implementar isso. Então para três
127 municípios nós entregamos a rede, a complementação da rede de esgoto, toda a complementação da rede de
128 esgoto; para os municípios de Pratinha, Pedrinópolis e Tapira, nós entregamos essa rede. Além disso, nós
129 entregamos para esses três municípios, também para Santa Juliana, Campos Altos e Serra do Salitre nós
130 entregamos o estudo de concepção, que é aquele necessário para saber o tamanho da estação de tratamento;
131 nós entregamos os estudos ambientais necessários para implementação de rede e da estação de tratamento; e
132 entregamos também para os seis municípios o projeto executivo, já todo ele detalhado, com preço, com tudo
133 precificado por aquele sistema, que eu sempre esqueço o nome, que é o sistema do Estado de preço, de
134 precificação. Tem uma sigluzinha que é utilizada. Então está tudo entregue. Só que agora precisa arrumar
135 financiamento para isso. O Comitê não tem dinheiro para pagar todas as estações de tratamento. Se tivéssemos,
136 fariamos. Mas não temos. É impossível isso acontecer. E os valores flutuam entre R\$ 9 milhões e R\$ 28 milhões
137 cada estação de tratamento, segundo o projeto que foi colocado. Esse projeto, nós entendemos que é feito num
138 determinado patamar que pode ter redução de preço a partir dos processos de cotação, processo de menor preço
139 e técnica. Mas nós fizemos questão de entregar um projeto executivo que não frustrasse, posteriormente, por
140 uma projeção indevida de valores. E agora eu estou pedindo aqui a colaboração para saber como nós podemos
141 fechar algumas parcerias com o Estado e talvez com a União também para implementar as estações de
142 tratamento, tão necessárias aqui na bacia. Nós temos um Plano, nós queremos entregar. Claro que não vai
143 acontecer nesta gestão, totalmente, mas entregar pelo menos em duas gestões 100% de tratamento de esgoto
144 urbano. Porque o saneamento rural, já temos um projeto paralelo correndo também. Mas pelo menos 100% de
145 tratamento de esgoto urbano nós gostaríamos muito de conseguir vencer, se não nesta gestão dos quatro anos,
146 pelo menos na próxima. Obrigado pelo espaço. E parabéns pelas apresentações todas, é o esforço de muita gente
147 que está sendo colocado aí.” Kleyner Jardim Lopes/SEMAD: “Professor Sylvio, parabéns pela explanação. Faz
148 muito sentido, a realidade hoje no Estado de Minas Gerais requer muita atenção para o esgotamento sanitário.

149 Sendo bem objetivo, na questão das formas de viabilizar a execução desses projetos, falando em recurso
 150 financeiro, hoje uma das grandes oportunidades que estão tendo, que aqui pela Secretaria e pela
 151 Superintendência temos nos esforçado a submeter projetos, é por meio do novo PAC. Este ano o PAC selecionou
 152 mais de 39 municípios mineiros para investimento em obras para saneamento básico no eixo de esgotamento
 153 sanitário. Essa relação está publicada no site da Casa Civil. E para 2025 prevê-se o lançamento da fase 2 do
 154 Programa Água Doce, a fase 2 do Programa de Aceleração do Crescimento. E aqueles municípios que estão à
 155 frente, que já têm seus projetos prontos, acabam saindo na frente mesmo e captando esse recurso. Nós estamos
 156 fazendo uma estruturação de um planejamento justamente para entender, no Estado de Minas Gerais, quais são
 157 os municípios que já têm algum projeto estruturado, pronto. Que em 2025, quando abrir a nova fase do PAC, nós
 158 queremos ajudar esses municípios a fazerem o cadastramento dessa proposta, para conseguirmos viabilizar essa
 159 captação de recurso. E nós nos dispomos aqui em fazer essa conversa com o CBH Araguari para entender esses
 160 municípios, essa relação desses projetos que já estão prontos. Justamente por quê? Nós temos aqui na
 161 Subsecretaria um banco de projetos que recebemos dos municípios para, quando houver essas oportunidades de
 162 captação, já ter engavetado, já ter a carta a manga, para fazer essa submissão e tentar viabilizar, juntamente com
 163 os municípios, essa captação de recurso.” Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Kleyner. Eu acho
 164 que é importante destacar também o esforço que o governo de Minas fez nas repactuações, tanto na repactuação
 165 do Acordo de Mariana, quanto no Acordo de Brumadinho, colocando como prioridade as ações de saneamento
 166 nas duas bacias, do Doce e do Paraopeba. E tem, professor Sylvio, uma oportunidade que precisamos nos articular
 167 – nós todos, todo o sistema –, que são os recursos da desestatização da Eletrobras, que tem recursos,
 168 especificamente, no caso que o senhor traz, que é da bacia do Paranaíba. Nós temos lá recursos de duas fontes,
 169 para a bacia do São Francisco e para a bacia da área de contribuição de Furnas, que envolve então, no caso de
 170 Minas Gerais, as bacias do Grande e do Paranaíba, como oportunidade de captação de recursos. Nós precisamos
 171 estar estruturados, eu tenho conversado muito com o pessoal tanto do MDR quanto da Eletrobras, para coletar
 172 essas propostas de projetos já existentes no território. Então é importante. Depois, se puder me passar
 173 exatamente esses municípios que já têm os projetos, que seria a parte mais de execução, porque eu consigo de
 174 alguma forma levar isso para lá e ver qual é a melhor forma de encaminhar, se oficialmente pelo Comitê, se
 175 oficialmente pela Abema, que é a entidade que eu represento no Comitê de Furnas. Então conversamos,
 176 posteriormente, para fazer a submissão dessas propostas.” **8) PROPOSTA DE AGENDA DAS REUNIÕES DO**
 177 **PLENÁRIA DO CERH-MG PARA O ANO DE 2025. Responsável: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
 178 **Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões do Plenário do
 179 CERH para o ano de 2025, conforme agenda proposta pela SEMAD. Votos favoráveis: Abas, Cemig, CRBio, Faemg,
 180 Fiemg, Instituto Espinhaço, Prefeitura de Lavras, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Segov, Seinfra, SEMAD e UFU.
 181 Ausências: Abes, Abragel, Copasa, Ibram, UFMG, IHMBio, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de
 182 Itapeva, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio,
 183 Prefeitura de Taiobeiras, Prefeitura de Rio Pomba, Promutuca, Sede, SEE, SES, Siamig e Unifei. **9) ASSUNTOS**
 184 **GERAIS.** Não houve manifestações. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
 185 presidente suplente Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual
 186 foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Marília Carvalho de Melo
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos